

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NA REUNIÃO DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS.

-----Aos vinte e nove dias de Dezembro de dois mil e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Doutor Laurentino José Monteiro Castro Dias, com a presença do primeiro secretário Doutor Raul Jorge Fernandes Cunha e segundo secretário Doutor Manuel Cunha. Verificada a existência de quórum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma hora e cinquenta minutos. Depois de lido todo o expediente que fica à disposição de todos os membros da Assembleia, foram anunciados, pelo Senhor Presidente, os pedidos de suspensão de mandatos, por um período de trinta dias, dos seguintes membros da Assembleia Municipal: Nuno Vasco Pereira Lopes, Jorge Carlos Pereira Lemos, Albino da Silva e Sousa, Susana Cortez, Matilde do Céu Mendes Silva Carvalho, José Ricardo Carvalho Leite Silva, João Pedro Leite Castro Frazão, Vítor José Lemos, Maria José Leite Teixeira e António Jorge Nogueira Barroso, eleitos pelo Partido Social Democrata, Albino Gonçalves Costa, José Pedro Soares Coelho Ribeiro, Manuel Ribeiro Coimbra, Manuel Francisco Figueira de Lemos e Olinda Joaquina Teixeira Alves, eleitos pelo Partido Socialista. Pediu, ainda suspensão, por um período de 185 dias, Ricardo João Pedrosa Alves da Almeida eleito pelo Bloco de Esquerda. Como ninguém se quis pronunciar sobre os referidos pedidos de suspensão, foram os mesmos postos a votação, sendo aprovados, por unanimidade. Tomaram assento na Assembleia os elementos que se seguem nas respectivas listas, após a assinatura do livro de presenças, registando-se, depois de efectuadas as substituições, a presença de 72 membros. Entrou-se no período de **Antes da Ordem do Dia**. O Senhor Presidente da Mesa informou que deram entrada vários postais de Natal dirigidos à Assembleia que ficam para consulta dos membros. De seguida comunicou que deu entrada uma Moção, apresentada pelo Bloco de Esquerda, relativa ao refendo da Interrupção Voluntária da Gravidez, na qual é proposta uma Comissão, composta por um representante de cada partido com assento nesta Assembleia, que ficaria indigitado para organizar e promover um debate

aberto à participação de todos os fafenses, assegurando, desde já, o convite a todos os movimentos cívicos que se venham a constituir nos termos legais. Foi dada a palavra à proponente, Catarina Mendes que sublinhou a ideia de que a organização do debate por todas as forças políticas e Assembleia Municipal e com o apoio das estruturas da Câmara Municipal, teria um peso diferente e seria mais difundido do que realizado por um partido apenas. De seguida, tomou a palavra o membro eleito pelo Partido Socialista, Pedro Valente, mencionando que seria fundamental a discussão deste assunto para uma votação consciente, porém opôs-se à necessidade de criação de uma comissão para a realização de um debate, defendendo que o mesmo deveria ser promovido pelos interessados das duas posições, de forma a esclarecerem a população o melhor possível. Posteriormente, interveio Vítor Silva, eleito pelo Partido Social Democrata, que concordou com aquilo que foi dito pelo deputado do Partido Socialista salientando que não incumbe à Assembleia Municipal organizar este debate, mas aos movimentos/cidadãos que deveriam fazer o respectivo esclarecimento. Por fim, interveio Pedro Valente alegando que não fazia sentido a Assembleia Municipal envolver-se nesta discussão. Poderia, haver uma recomendação no sentido da Câmara disponibilizar um espaço, a solicitação dos movimentos. Como mais ninguém quis intervir, a Moção foi colocada a votação, sendo rejeitada com dois votos a favor e sete abstenções. De seguida foi apresentado, por Orlando de Carvalho Leite, eleito pelo CDS/PP, um Voto de Pesar pelo falecimento, no passado mês de Novembro, do Senhor Dr. Artur Vieira e Brito, que exerceu funções de Director do Centro de Saúde e Chefe de Serviço no Hospital Senhora da Oliveira, ambos no concelho de Guimarães, e foi ainda membro da Assembleia Municipal, integrando a lista Aliança Democrática. Foi proposto a aprovação do referido voto de pesar e sua transmissão à família. Como ninguém quis intervir, foi posta a votação, sendo aprovada, por unanimidade. O Senhor Presidente da Mesa propôs a observância de um minuto de silêncio e sua comunicação à família. De seguida interveio Leonor Castro eleita pelo partido de Coligação Democrática Unitária, para apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Albertino Silva, no mês de Dezembro, e dele dar conhecimento à sua família. Atendendo a que ninguém quis intervir, foi posta a votação, sendo aprovado, por unanimidade, e observado um minuto de silêncio. Ainda no

período de Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra aos membros da Assembleia que quisessem intervir. Nestes termos tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Fornelos, Vítor Silva, mencionando que, na sequência do relatório técnico apresentado pela comissão incumbida pelo Governo sobre Requalificação das Urgências que aponta para o fecho das Urgências do Hospital de S. José de Fafe, este é um assunto que está na ordem do dia dos Fafenses. Nestes termos e atendendo a que este é um assunto que colide com os interesses fundamentais dos cidadãos, nomeadamente na área da saúde e assistência médica, lembrou que foi aprovada uma proposta na sessão anterior, apresentada pelo Partido Social Democrático e subscrita por todos os Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal, no sentido de se fazer um acompanhamento efectivo relativo às Urgências e à criação de um novo Centro Hospitalar, ficando o Senhor Presidente da Câmara com o dever de informar sobre reuniões e diligências realizadas ou que, sobre o assunto se viesse a realizar. Salientou que, terminada a discussão pública da proposta da comissão técnica, não foi dado conhecimento aos partidos de acções concretas do Município e seu Presidente, à excepção da subscrição da proposta apresentada pelo Conselho de Administração do Hospital de Fafe, no sentido de manifestar a sua discordância do sustentado na proposta técnica e procurar que a decisão política que recair no assunto seja no sentido de manter o serviço de urgências do Hospital de Fafe. Neste sentido, manifestou o seu descontentamento pelo que não foi efectuado pelo Município sobre esta temática e referiu que, uma vez que a sessão ordinária da Assembleia Municipal apenas seria agendada para o final do mês, e tendo em conta que a discussão pública terminaria em Novembro, o Partido Social Democrata solicitou a realização de uma sessão extraordinária, nos termos legais, a qual não foi marcada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Neste sentido, uma vez que não foi marcada a sessão solicitada, nem foi dada qualquer resposta, os proponentes procederam à convocação da sessão extraordinária, a qual não se realizou, por falta de quórum, impedindo, desta forma, o debate sobre as Urgências do Hospital de Fafe. Nestes termos, questionou a posição do partido socialista nesta matéria, uma vez que não comparecendo na sessão extraordinária, demonstraram uma inegável vontade de tratar e defender, em tempo útil, os interesses dos fafenses, mantendo-se e

apoiando a decisão do Governo. Terminou a sua intervenção manifestando, em nome do Partido Social Democrata, o protesto ao comportamento assumido e a convicção que a população saberá avaliar tal comportamento, nada condigno com pessoas supostamente responsáveis e a quem compete defender os seus interesses. De seguida, interveio o Senhor deputado eleito pela Coligação Democrática Unitária, Miguel Summavielle, lembrando ao Senhor Presidente da Mesa que ainda não tinha recebido a resposta aos requerimentos apresentados em Junho e Julho. Pelo Senhor Presidente da Mesa foi comunicado que essas respostas já estavam devidamente assinadas e iriam ser entregues no final da Sessão. Tomou, novamente, a palavra Miguel Summavielle mencionado que, relativamente a uma proposta aprovada pela Assembleia sobre os fogos florestais, a informação do Senhor Vereador deveria ser lida na Assembleia, uma vez que a proposta foi aprovada por toda a Assembleia. Seguidamente, interveio o Senhor deputado eleito pelo CDS/PP, Orlando Leite, mencionando que o assunto da Assembleia Extraordinária merecia uma análise mais detalhada e a tomada de uma posição por parte do CDS/PP. Nestes termos, alegou que gostava de saber quais as razões que levaram o Senhor Presidente da Mesa a tomar atitude tida relativamente ao assunto do pedido de convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre o seguinte: 1º - Como era despachado o expediente da Assembleia, 2º - Como era efectuado o processo de convocação das Assembleias Municipais, se era o Senhor Presidente da Assembleia que dava ordens à Polícia Municipal ou se era o Senhor Presidente da Câmara? 3º - Se o procedimento adoptado para o pedido de convocação para a realização de uma sessão extraordinária por parte dos deputados municipais era o mesmo que se fosse apresentado por parte dos deputados da maioria? Por fim, manifestou um voto de protesto pelo desrespeito revelado pela Mesa da Assembleia e membros eleitos pelo Partido Socialista. Posteriormente, usou da palavra Pedro Valente, para informar que, relativamente à requalificação das urgências o Partido Socialista já tinha tornado pública a sua posição. Mencionou, também, que o Partido Socialista não desrespeitou a Assembleia aquando da realização da Assembleia extraordinária, alegando que antes de proceder à marcação da sessão extraordinária, o Partido Social Democrata deveria ter dialogado. Disse, ainda,

que o Partido Socialista não estava do lado do Governo, mas da população e que defendiam a manutenção das urgências. Por fim e relativamente à intervenção de Miguel Summavielle informou que o relatório não foi lido na Assembleia devido à sua dimensão, porém o Partido Socialista não colocaria qualquer objecção à sua leitura. Tomou a palavra Miguel Summavielle para alertar que pediu a leitura de uma informação do Senhor Vereador, que estava na posse do Senhor Dr. Raul Cunha e não do relatório. De seguida, Vítor Silva lembrou que o Partido Social Democrata convidou o Partido Socialista para debater o assunto das urgências, porém nunca recebeu resposta, dizendo que o Partido Socialista não estava interessado em debater assuntos importantes para Fafe e para os Fafenses. Pedro Valente respondeu que a convocação da Assembleia extraordinária foi comunicada publicamente pelo líder do Partido Social Democrata aquando do debate sobre a saúde, em Fafe. Seguidamente, usou da palavra Catarina Mendes para, em primeiro lugar, expressar o seu desagrado pela forma como o tratamento da sessão extraordinária foi efectuado, solicitando informação sobre os motivos que levaram o Senhor Presidente da Mesa a tal postura. Revelou satisfação pela chegada do gás natural ao concelho e uma total discordância com a nova Lei das Finanças Locais. Falou, também, do projecto de Lei do Bloco de Esquerda no qual se propunha a contenção do abuso da construção e a desertificação e a criação de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável. Por fim, questionou o Senhor Vereador Prof. Salgado Santos sobre o ponto de situação da reformulação do Plano de Defesa da Floresta. De Seguida, interveio a deputada eleita pelo partido de Coligação Democrática Unitária, Leonor Castro, fazendo um breve comentário crítico sobre a política de direita levada a cabo pelo Governo. Relativamente ao referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, alertou que, mesmo sendo um assunto delicado, todos os portugueses se deveriam manifestar, participando no referendo, sem preconceitos, e que o Governo, uma vez que não invocou a maioria que detém no parlamento para solucionar esta questão, como o fez noutras outras situações, e mesmo que o não ganhe, deveria assumir a sua responsabilidade prática, garantindo, através do Serviço Nacional de Saúde, as condições de segurança para as mulheres que pretendem fazer uma interrupção voluntária da gravidez. Disse, ainda, que mesmo não sendo a favor do aborto, é a favor da despenalização como forma

de por termo a várias situações que não se justificam nos dias de hoje. Por fim, lembrou uma questão levantada na Sessão anterior, relativa à ausência de sinalização junto à nova Escola Básica de S. Jorge, classificada como muito importante pelo Senhor Presidente da Câmara, e que ainda se mantinha inalterada. Chamou, também, a atenção para a existência de água poluída que corre para o Rio, junto à Rotunda da Total. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia chamou a atenção dos intervenientes para o tempo gasto nas intervenções. Tomou a palavra o Senhor Joaquim Magalhães, eleito pela Coligação Democrática Unitária que, relativamente à não convocação da reunião extraordinária, mencionou que esta atitude foi tomada por um poder ditatorial. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, informou que a CDU não faz política de folclore, que traz à Assembleia problemas e questões reais, defendendo os interesses dos Fafenses. Disse ainda que o Partido Socialista é a única força política que interpreta o poder autárquico com folclore, que não tem sensibilidade democrática. Afirmou também que folclore é o Presidente da Assembleia não cumprir as obrigações próprias do cargo que ocupa e não respeitar todos os membros da Assembleia, e o Senhor Presidente da Câmara não responder aos requerimentos apresentados na Assembleia Municipal. Terminou a sua intervenção fazendo um alerta ao Senhor Presidente da Câmara relativo ao seu testemunho no processo que decorre seus trâmites legais no Tribunal de Fafe referente ao muro de Antime. O Senhor Presidente da Mesa chamou novamente a atenção dos membros alertando que o período de Antes da Ordem de Trabalhos tem apenas sessenta minutos e que, devido à alteração efectuada pela Assembleia não existiam os trinta minutos de tolerância constantes do Regimento da Assembleia Municipal. Nestes termos, e atendendo que já passavam vinte e cinco minutos do tempo estipulado no Regimento, o Senhor Presidente da Mesa solicitou aos membros para serem breves nas suas intervenções. Seguidamente, usou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fafe que pretendia responder à notícia do jornal na qual o partido socialista foi acusado de “arrogância política e falta de humildade democrática”. Porém, devido à ausência do interlocutor destas palavras, Dr. Pedro Frazão, o Senhor Presidente da Junta abdicou de fazer qualquer comentário relativo ao assunto. No entanto justificou a sua ausência na Assembleia extraordinária uma vez que para esse dia estava agendado, há

muito tempo, o Jantar de Natal da Autarquia. Porém, e corroborando as palavras de Albino Costa e do líder da bancada do Partido Socialista, mencionou que, se de facto houvesse interesse e diálogo por parte dos proponentes do pedido da convocação da assembleia extraordinária, os restantes membros teriam outro comportamento. Terminou dizendo que sempre esteve ao lado da população de Fafe. Posteriormente, usou da palavra o deputado eleito pela Coligação Democrática Unitária, Manuel Cunha comunicando que a CDU exarou um protesto pelo facto do requerimento para a convocação de uma Assembleia extraordinária ter sido apresentado nos termos legais do Regimento da Assembleia Municipal, tendo o Senhor Presidente da Assembleia violado este Regimento. Disse, também que o Senhor Presidente da Assembleia não conseguia separar o papel de Presidente e de membro do Partido Socialista. Informou que, pelo facto de o requerimento ter sido apresentado nos termos legais do Regimento, não deixa ao livre arbítrio do Presidente a convocação da reunião extraordinária. Argumentou, ainda, que a gravidade do comportamento do Presidente da Assembleia é ainda maior porque não é um acto isolado, mas um comportamento recorrente que denotava um desrespeito pelos deputados da Assembleia. Concluiu, dizendo que, tendo em conta valores como o respeito pelos outros e a cortesia, o Senhor Presidente da Assembleia deveria justificar a sua atitude. De seguida interveio Humberto Castro que fez algumas considerações sobre o fecho do Serviço de Urgências do Hospital de Fafe. Alegou que a Assembleia deveria mudar de atitude e tentar saber como irá funcionar o centro hospitalar e o que trará de positivo ou negativo para Fafe. Mencionou, ainda, que o Senhor Presidente da Câmara não respeitou a Assembleia quando não prestou qualquer informação sobre o que estava a ser feito sobre o fecho das urgências. Por fim, tomou a palavra o membro eleito pelo partido da Coligação Democrática Unitária, Alexandre Peixoto, chamando a atenção de que deveria ser colocada uma paragem de autocarro na Rua Bombeiros Voluntários. Ainda, antes do período da ordem do dia, usou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para informar a Assembleia sobre o assunto da convocação da Assembleia Extraordinária. Mencionou que, devido ao facto de se encontrar ausente do País, só aquando da marcação da Assembleia ordinária se deparou com o pedido de marcação da reunião extraordinária. Afirmou, ainda, que

depois de contactado o segundo subscritor e ter conversado no sentido de resolverem esta questão, ficou a aguardar uma resposta do mesmo. Dois dias depois, e depois da ausência de qualquer contacto verificou que o processo da convocatória já tinha sido desencadeado pelos subscritores. A sua ausência na Assembleia deveu-se ao facto de, no dia da convocação (Quinta-Feira), ser profissionalmente impossível estar presente. Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, entrou-se de imediato na **ORDEM DO DIA – PONTO DOIS PONTO UM - *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.*** Interveio Leonor Castro para, relativamente à rubrica da Educação, informar que no âmbito das actividades de enriquecimento curricular introduzidas com a contratação de docentes, têm havido várias queixas dos pais de alunos da nova escola com jardim de infância, uma vez que, devido à falta de pessoal, o prolongamento estava a ser assegurado por auxiliares e não por docentes, levando a alguma indisciplina e confusão dos alunos. Quanto à rubrica de Desenvolvimento Económico, Manutenção e Ambiente, e atendendo a que as obras da Rua de Angola, Rua da Guiné e imediações não estão referenciadas questionou o Senhor Presidente se as obras estariam concluídas e em caso afirmativo, como se justificava a ausência de sinalização, a existência de buracos e a ausência de passeios nas ruas vizinhas. Perguntou, também, porque razão não constava no documento o grau de execução relativamente ao previsto em Orçamento. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclarecendo que, relativamente à questão do pessoal na nova escola com jardim de infância, como era do conhecimento geral, o primeiro ciclo é da competência da Administração Central e o Jardim de Infância da Câmara. Informou que não existe falta de pessoal. Relativamente à sinalização na Rua de Angola, comunicou que para além de já ter aprovado o projecto de sinalização, também deu instruções para a sua colocação. Quanto à Rua de Timor e Macau foi elaborado um projecto e será colocado a concurso no início do ano. Por fim, relativamente à execução orçamental informou que, por estar no final do ano e num período de grande esforço de pagamento existia uma constante alteração do grau de execução. No entanto, informou que a execução orçamental ronda os setenta por cento e a execução física os oitenta por cento. Como mais ninguém quis intervir passou-se de imediato ao **PONTO DOIS PONTO DOIS –**

Discussão e Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007 – O Senhor Presidente da Mesa, sobre este ponto, propôs à Assembleia Municipal o método de discussão, idêntico aquele utilizado nos anos anteriores, ou seja, a discussão conjunta na generalidade e na especialidade, seguindo-se primeiro a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e depois os diversos grupos parlamentares e demais intervenções. Propôs, ainda, que findas as intervenções a votação se realizasse em três momentos: na generalidade, na especialidade e na globalidade. Não havendo objecção á proposta efectuada, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção fazendo uma apresentação do Plano e Orçamento. Neste sentido, o Senhor Presidente começou por dizer que o Orçamento é um orçamento de restrição, atendendo o tempo que corre, logo seria mais rigoroso que o dos anos anteriores; é um reflexo das restrições impostas aos municípios e da Lei das Finanças Locais. Disse também que 2007 será um ano de esforço uma vez que tem que se concluir as obras financiadas por fundos comunitários até meados do referido ano, sendo esta uma prioridade que vai ter um peso significativo no Orçamento de 2007. Informou que, na globalidade, haverá um aumento no montante transferido para as freguesias, em relação ao ano anterior. Considerando que foi homologada a Carta Educativa do Concelho de Fafe, o Senhor Presidente informou que, no que respeita às responsabilidades da Câmara, serão cumpridos os investimentos propostos para 2007, na área da educação. Informou ainda que as instalações municipais e a Biblioteca Municipal terão um peso significativo no Orçamento, condicionando as opções para 2007. Como acções importantes e relevantes, comunicou que está prevista a aquisição dos terrenos envolventes da Biblioteca Municipal, do palacete do grémio e de um edifício para instalação do museu das Emigrações, a requalificação do Jardim do Calvário e da Praceta Primeiro de Maio. Mencionou também que este Orçamento foi pensado no sentido de não aumentar a despesa corrente. Referiu que a falta da transferência de verbas por parte da Administração Central relativa a projectos concluídos se reflectiu negativamente na execução da receita. Finalizou solicitando a aprovação, nos termos da Lei para os seguintes pontos: - Autorizar, conforme a alínea s) do n.º 2 do artigo 53º a delegar nas Juntas de Freguesia competências para o exercício de actividades

e realização de investimentos constantes do Plano e Orçamento Municipal, e no âmbito do artigo 66º, sempre que, por motivos de economia de recursos ou outros, tal se justifique; - Autorizar, em conformidade com que nesta matéria for estipulado, na Lei de Finanças Locais, a contratação de empréstimos de curto prazo; - Fixar, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) artigo 112º, n.º 1 alínea b) e c) as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2007 em 0,8% para prédios urbanos e 0,5% para prédios urbanos avaliados nos termos do IMI, aplicando a taxa prevista na alínea a) do referido artigo para os prédios rústicos; - Fixar a derrama para 2007, em conformidade com que nesta matéria for estipulado na Lei das Finanças Locais, pela taxa máxima; - Fixar, nos termos da alínea b) do artigo 106, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Janeiro, a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), em 0,25% para o ano de 2007. Terminada a apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, interveio Orlando Leite para questionar sobre a intenção da construção de um novo edifício do quartel da GNR. Na sequência de uma notícia no jornal na qual tomou conhecimento da existência de uma proposta da PSP ao Ministro da Administração Interna, no sentido de fixar um dispositivo territorial no concelho de Fafe, solicitou esclarecimento à Câmara se vai desenvolver alguma diligência para o regresso dessa força policial para Fafe. Perguntou, também, relativamente ao Cine-Teatro, o que estava previsto em concreto. Mencionou, ainda, que na apreciação efectuada ao orçamento verificou que há um aumento das despesas correntes e um corte nas despesas de capital e um aumento contínuo das despesas com o pessoal. Terminou, afirmando que este não é o Orçamento que o CDS apresentaria, como tal não concordava com as opções tomadas. De seguida, usou a palavra Belarmino Costa para mencionar que era difícil fazer um Orçamento em tempo de “vacas magras” e que este Orçamento reflecte esse período. No entanto, alertou para o facto de ser um orçamento cuja execução acabará por não ser cumprida e que se vai empurrando de ano para ano as obras mais avultadas. Continuou dizendo que, depois de uma análise mais detalhada, se verifica a existência de pressupostos errados tais como: - o Investimento no Multiusos que não traz qualquer retorno e o Cine-Teatro que continua a ser uma obra adiada. Questionou a Autarquia sobre as suas prioridades relativamente aos investimentos, tendo em conta a pequena

carteira que têm. Verificou a existência de uma diminuição das transferências para as Juntas de Freguesia. Relativamente às obras apresentadas, constatou que as mesmas não são executadas, verificando um irrealismo neste Orçamento. Disse, ainda, que não havia inovação neste orçamento, nem projectos novos. Alertou a Câmara no sentido desta fazer orçamentos mais moderados, mais realistas, tendo em conta as verdadeiras prioridades do concelho e não as expressas neste Orçamento. Terminou a sua intervenção afirmando que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata acha que este orçamento não reflecte uma realidade para o concelho nem espelha aquilo que deveriam ser as grandes opções para os próximos anos. Seguidamente tomou a palavra Catarina Mendes afirmando que o Bloco de Esquerda era um defensor dos Orçamentos Participativos, com uma maior participação dos cidadãos na organização das suas localidades. Participação esta que estava definida no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Relativamente às taxas do IMI, questionou a Câmara se a deliberação tomada pela Assembleia Municipal sobre taxas que vigorarão no ano seguinte não deveriam ser comunicadas à Direcção Geral dos Impostos até 30 de Novembro. Lamentou a aplicação das taxas máximas, alertando que a possível oscilação das taxas deste imposto poderia ser uma ferramenta de combate à desertificação das zonas despovoadas e penaliza a existência de prédios devolutos ou abandonados. Afirmou que não são contra a conclusão das obras já iniciadas como as dos Paços do Concelho e das Oficinas Municipais, porém não as consideravam investimentos prioritários, nem concordavam com os valores neles investidos. Alertou também para o facto de se iniciarem obras avultadas que, posteriormente, ficavam meses ou mesmo anos a aguardar a sua conclusão, como era o caso da biblioteca, do Parque da Cidade e Cine-Teatro. Questionou sobre a prioridade utilizada na calendarização dos investimentos a efectuar e terminou, dizendo que o Bloco de Esquerda se congratulava pelo facto de neste Orçamento se disponibilizar uma verba para o “Programa Prevenção e Protecção da Floresta Contra os Incêndios” e finalmente se tomar maior consciência dos problemas ambientais. De seguida, interveio Miguel Summavielle para fazer algumas observações relativamente ao orçamento, nomeadamente, relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, dizendo que, uma vez que este imposto representa quinze por cento

da receita global, a Câmara deveria ter uma participação maior através da verificação da emissão das licenças de construção e na participação obrigatória, aquando da emissão das licenças de utilização. Desta forma a receita seria diferente, o que levaria à aplicação de uma taxa diferente. Questionou sobre o aumento, para o quádruplo, no custo das refeições confeccionadas; o aumento de trinta por cento na aquisição de serviços de transporte, e, o aumento de cinquenta por cento no custo de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos. Mencionou que não concordava com a política de aquisição de imóveis. Mostrou, ainda, preocupação relativamente à ausência de investimento na indústria, na zona industrial e no Parque da Cidade. Disse, também, que na Cultura, deveria haver uma preocupação com o Castro de Santo Ovídio, uma vez que era um investimento mais reduzido, valorizando um património identificado que foi reduzido ao abandono. Afirmou que as verbas gastas com a ampliação dos Paços do Concelho e a construção da Biblioteca Municipal são superiores às possibilidades que a Câmara, segundo palavras do Senhor Presidente, parecia ter. Por fim, proferiu a sua congratulação pelas obras importantes previstas em orçamento como o “arrelvamento dos campos desportivos”, a perspectivação de aquisição de terrenos ao longo do rio na zona do “Intermaché”, para um futuro parque da cidade ou zona de lazer. Seguidamente, usou a palavra Jorge Adelino que lamentou a ausência de uma política de juventude no Orçamento para 2007. Sugeriu a criação de condições especiais para fixar os jovens no concelho de Fafe através de políticas de ordem habitacional; a implementação de uma política que fomente a natalidade e como uma política de juventude passa pela família, a realização de apoio domiciliário a famílias mais carenciadas. Constatou que nada foi feito em relação às políticas de juventude prometidas no ano transacto. Terminou sugerindo a realização da semana da juventude descentralizada, ou seja, ao invés de se realizar na cidade de Fafe, ser rotativa por todas as Freguesias. Posteriormente, tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Fafe para justificar a sua abstenção na votação deste ponto, manifestando algumas dúvidas e descontentamento sobre a redução das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia. De seguida, interveio o membro do Partido Social Democrata, José Batista, para dizer que este Orçamento é irrealista, ferido de falta de credibilidade, e que assenta em

pressupostos errados. Classificou o Orçamento como um Orçamento de reacção, uma vez que vai reagindo aos problemas à medida que estes aparecem, tendo falta de estratégia. Colocou algumas questões como: o cumprimento dos protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia; a aquisição do edifício do Grémio da Lavoura, se vai ter o mesmo fim que o Cine-Teatro; e finalmente, para quando estariam previstos, na prática, a realização dos investimentos do Parque Municipal de Desportos e a requalificação do Mercado e da Feira Municipal. Seguidamente, tomou a palavra Pedro Valente para mostrar alguma desilusão relativamente às receitas de capital apresentadas, porém afirmou que lhe aprazia a solidariedade das Juntas de Freguesia em relação aos cortes efectuados nas transferências para as mesmas. Mencionou que também ficou agradado relativamente ao controlo apertado e ao combate ao aumento da despesa corrente, à aposta na educação através do cumprimento da Carta Educativa. Por fim, fez votos que este Orçamento permita a conclusão das obras contratualizadas, de forma a não por em risco o futuro Quadro Comunitário. De seguida, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos afirmando que o Orçamento apresentado é uma cópia fiel do Orçamento apresentado em anos transactos, com a agravante de obras repetidas com oscilação de verbas. Continuou com um voto de protesto e lamento pelo facto de serem as Juntas de Freguesia e as populações quem mais seriam penalizadas com este orçamento, através de uma redução de sete por cento nas transferências de capital. Fez também uma observação relativamente à política de maximização na aplicação das taxas, afastando possíveis investidores da indústria no concelho de Fafe. Finalizou a sua intervenção dizendo que este Orçamento é elevado em números, mas reduzido em termos de concretizações. Por fim, usou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Regadas para dizer que a freguesia era desprezada em termos de investimento por parte da Autarquia, convidando os Líderes dos vários partidos a visitarem a freguesia com o intuito de confirmarem esse desprezo. De seguida, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados. Relativamente às questões colocadas por Orlando Leite, disse que não estava prevista a construção de um quartel para a Guarda Nacional Republicana, que a sua inscrição no Orçamento se devia ao facto de haver a possibilidade da celebração de um contrato com o

Governo. Em resposta a várias questões colocadas sobre as acções inscritas com cinco euros, informou que tal se devia ao facto de, na possibilidade destas acções se executarem, já estariam inscritas, caso contrário não poderiam ser lançadas, alegando ser uma regra Orçamental. Relativamente ao regresso da Polícia de Segurança Pública para Fafe, noticiado por um jornal, comunicou que tal não deveria acontecer. Mencionou que estava satisfeito com a actuação da Guarda Nacional Republicana, que não era vontade da Câmara uma troca de forças policiais e que o que estava previsto era o reforço com mais efectivos da Guarda Nacional Republicana. Esclareceu também que as despesas correntes aumentaram apenas cinco por cento e não os dez por cento mencionados e que este aumento se deveu à inscrição de um protocolo relativo aos fogos florestais. Relativamente ao Cine-Teatro, informou que a obra será lançada e a rapidez da sua execução dependeria de uma candidatura que foi efectuada ao terceiro quadro comunitário, encontrando-se a aguardar resposta. A verba inscrita significava o compromisso da Câmara em avançar com a obra. No que concerne às prioridades mencionadas neste Orçamento, explicou que tal se deveu à existência de um conjunto de projectos aprovados e homologados que teriam de ser executados até meado do ano de 2007, referindo ainda, que também existia um conjunto de projectos inscritos neste Orçamento que aguardavam a aprovação e que poderiam alterar as prioridades, uma vez que como serão financiadas terão que ser executadas. Disse que as opções tomadas não eram erradas, mas as que achavam ser as mais correctas. Relativamente à diminuição das verbas para as Juntas de Freguesia, informou que estava a ser aplicado o critério sempre utilizado e que, uma vez que foi reduzido o valor a ser transferido para os municípios, por consequência foram reduzidas as verbas às Juntas de Freguesia. No que concerne às taxas esclareceu que a Derrama é um imposto cobrado sobre o lucro da empresa e que este era irrealista nas declarações fiscais, atendendo às falsas declarações; que já existia redução das taxas para empresas nas zonas industriais, para freguesias que perderam população e para os jovens. Informou, também, que o Parque da Cidade não era prioritário e que a sua conclusão iria ser efectuada de acordo com os apoios. Afirmou que a Biblioteca já estava na fase final e que o atraso se deveu a questões processuais no decorrer do concurso, mas que essas questões foram ultrapassadas e estava

em andamento. Relativamente às questões colocadas por Miguel Summavielle, disse que já respondeu ao que foi questionado. Mencionou também que, a Câmara já fez a participação das licenças de utilização às finanças; que a transferência das verbas relativas às refeições eram para pagar aos Agrupamentos as refeições fornecidas aos alunos das escolas adstritas a cada Agrupamento. A verba que estava inscrita em orçamento relativa a transportes era para pagar o transporte aos alunos das escolas que anteriormente não eram apoiados. No que concerne à questão colocada sobre os imóveis, respondeu que o que Miguel Summavielle referiu, relativamente ao Palacete, é uma das ideias para o local. Relativamente ao Castro de St.^o Ovídio informou que existia um protocolo com a Associação de St.^o Ovídio no sentido destes fazerem a sua limpeza e vigilância e que o Castro se esgotou naquilo que era a sua exploração arqueológica. Informou, ainda que a prioridade das obras do edifício da Câmara e das oficinas se devia à existência de participações e assinatura de um contrato-programa no qual estava previsto o pagamento de setecentos mil euros. Respondendo a Jorge Adelino, eleito pelo Partido Social Democrata, disse que, relativamente às políticas de juventude, a Câmara tinha um programa “ser solidário”, redução de taxas e aquisição de habitação a custos controlados dirigido aos jovens. Ao Presidente da Junta de Fafe informou-o que, apesar da redução, a transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Fafe correspondia a cerca de dez por cento do total das transferências para as Juntas de Freguesia. O Senhor Presidente informou José Batista que os protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia foram cumpridos, que se as Juntas não cumpriram, então a Câmara teria que fiscalizar as Juntas. Relativamente à questão do Parque de Desportos, o Secretário de Estado do Desporto e o Senhor Ministro responderiam em altura própria. Comunicou que a Câmara irá lançar o concurso para a requalificação da Feira no final de 2007 e o Mercado para 2008. Ao Presidente da Junta de Fornelos, disse que já tinha respondido à questão das obras inscritas em Orçamento com o valor de cinco euros. Alegou ainda que não eram as freguesias quem pagariam a crise e que relativamente à obra que mencionou faltava entregar os acordos com os proprietários. Ao Presidente da Junta de Regadas informou-o que Regadas foi a primeira freguesia onde se construiu um edifício escolar e na requalificação de edifícios. De seguida interveio Miguel

Summavielle para dizer que quando se referiu à construção da Biblioteca, também estava incluído o Parque. Esperava, ainda que o preço do palacete fosse efectivamente quarenta por cento abaixo do mercado. Posteriormente usou a palavra Belarmino Costa para dizer que com o dinheiro da aquisição do edifício “Palacete” o aplicava no Jardim do Calvário; que em vez dos parques de estacionamento vazios e sem rentabilidade, os entregaria a uma entidade privada; que o lucro das empresas deveria servir para investir, e que as Políticas de Juventude não deveriam ser desgarradas, deveriam ser discutidas com os jovens. O Presidente da Junta de Fornelos informou o Senhor Presidente da Câmara que os acordos com os proprietários já tinham sido transmitidos ao Engenheiro responsável. Tomou, novamente, a palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que em anos transactos a população solicitava parques de estacionamento, no entanto o discurso estava a mudar. Que a construção dos parques foi efectuada com o intuito de retirar os veículos da rua e que para que fosse a Edilidade a comandar as tarifas de trânsito é que construiu e administra os parques de estacionamento, uma vez que as tarifas seriam mais baixas. Alegou, ainda que a concessão não fazia sentido, uma vez que o privado pretendia a obtenção de lucros e isso reflectir-se-ia nas tarifas. Por fim, informou que o Jardim do Calvário estava em vias de ser adjudicado. Encerrado o período de discussão, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de dois mil e seis, sendo estes **aprovados por maioria com dez votos contra e sete abstenções**. Seguiu-se a votação nas especialidades: **1º** Autorização, conforme a alínea s) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para delegar nas Juntas de Freguesia competência para a execução de investimentos constantes do Plano e Orçamento Municipal, e no âmbito do artigo 66º da referida Lei, sempre que, por motivos de economia de recursos ou outros, tal se justifique – **Aprovada, por unanimidade.** **2º** Autorização, em conformidade com o que nesta matéria for estipulado na Lei das Finanças Locais, a contratação de empréstimos de curto prazo. – **Aprovada, por maioria, com nove abstenções.** **3º** Fixar, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) artigo 112º, n.º 1 alíneas b) e c) as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2007 em 0,8%

para prédios urbanos e 0,5% para os prédios urbanos avaliados nos termos do IMI, aplicando a taxa prevista na alínea a) do referido artigo para os prédios rústicos – **Aprovada, por maioria, com quinze votos contra e uma abstenção.** 4º Fixar a Derrama para 2007, em conformidade com que nesta matéria for estipulado, na Lei das Finanças Locais, pela taxa máxima. – **Aprovada, por maioria, com quinze votos contra e uma abstenções.** 5º Fixar, nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Janeiro, a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) em 0,25% para o ano de 2007 – **Aprovada, por maioria, com um voto contra e duas abstenção.** Finda a votação nas especialidades, o Senhor Presidente da Assembleia colocou para votação final global a proposta da Câmara de Plano e Orçamento, que foi **aprovada, por maioria, com nove votos contra e sete abstenções.** Catarina Mendes, apresentou uma declaração de voto escrita que fica a fazer parte integrante da presente acta. Não havendo mais nenhuma declaração de voto ou intervenção e dada a hora adiantada, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, informando que foi ultrapassado em uma hora em relação ao estipulado pelo Regimento da Assembleia Municipal, uma vez que as Assembleias Municipais, de acordo com o seu Regimento deveriam ter a duração de três horas. Por isso pede desculpa aos mais rigorosos legalistas e que levassem isso a crédito, mas foi para permitir que todos os intervenientes pudessem usar da palavra. Comunicou a continuação da sessão no dia dois de Janeiro para a hora em que houver quorum regimental.

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA
NA REUNIÃO DE DOIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E SETE

-----Aos dois dias de Janeiro de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Doutor Raul Jorge Fernandes Cunha, em substituição do Senhor Doutor Laurentino Dias, por se encontrar ausente do concelho, com a presença do primeiro secretário Doutor Pompeu Miguel Noval da Rocha Martins e segundo secretário Doutor Manuel Cunha. Verificada a existência de quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e trinta minutos. Foi anunciado, pelo Senhor Presidente da Mesa, o pedido de substituição apresentado pelo Presidente da Junta de Regadas. Como ninguém quis intervir foi posta a votação e aprovada, por unanimidade. Tomaram assento na Assembleia os elementos após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de cinquenta e nove membros. Deu-se início à sessão, dando continuidade à ordem de trabalhos. **PONTO DOIS PONTO TRÊS - *Apreciação de uma proposta relativa aos Serviços de Urgência do Hospital de S. José de Fafe, apresentada por um grupo de membros da Assembleia Municipal*** - Foram abertas as inscrições para as respectivas intervenções. Tomou a palavra o Joaquim Magalhães para solicitar esclarecimentos sobre o motivo pela qual o requerimento subscrito pela Coligação Democrática Unitária estava incluído na ordem de Trabalhos. Interveio o Senhor Presidente da Mesa para explicar que este ponto foi incluído por determinação do Dr. Laurentino Dias, uma vez que foi ele quem fez a convocatória. De seguida, interveio Vitor Silva que relativamente ao requerimento supra referido, mencionou que o mesmo foi apresentado por um grupo de membros da Assembleia Municipal e que tinham por objectivo a realização de uma Assembleia extraordinária. Disse ainda, que houve subversão ao incluir este requerimento na ordem de trabalhos desta Assembleia, porém não se iria declinar a discutir o assunto atendendo à sua importância. De seguida fez uma apresentação do assunto versado no requerimento dizendo que na sequência do relatório efectuado por peritos

designados pelo Ministério da Saúde, foi proposto o encerramento das Urgências do Hospital de Fafe. Referiu que, aquando da discussão pública deste relatório e atendendo a importância do assunto, o Partido Social Democrata, interveio no sentido de defender o interesse dos cidadãos de Fafe e do concelho. Disse ainda que pelo facto da decisão final ser de natureza política, tornava-se necessário que as instituições políticas tivessem um papel activo, cabendo, neste caso, à Câmara e Assembleia Municipal tomar uma posição firme de discordância da proposta técnica apresentada fazendo-a chegar ao Governo. Nessa posição deveriam ser apontadas as falhas e criticar as conclusões do relatório apresentado pela Comissão Técnica, salientar a incapacidade do Hospital de Guimarães em dar uma resposta capaz a um serviço de urgência desta dimensão, dado o aumento do número de utentes que recorreriam a este serviço com o fecho das urgências do Hospital de Fafe. Disse ainda, que o encerramento das urgências será prejudicial para a população de Fafe. Defendeu a necessidade de se manter o serviço de urgência no Hospital de Fafe, uma vez que este já possui os recursos técnicos, humanos e financeiros à prossecução dos objectivos pretendidos. Finalizou a sua apresentação, afirmando ser fundamental a intervenção célere e firme dos órgãos autárquicos, nomeadamente da Assembleia Municipal para, junto do Governo, manifestar a absoluta discordância da solução técnica apresentada, apontando que a medida/decisão política mais acertada seria a manutenção do serviço de urgência no Hospital de Fafe. Alertou ainda que se Fafe não tomar a dianteira neste assunto poderia sofrer as respectivas consequências. Seguidamente, usou a palavra Pedro Valente para dizer que gostou de ouvir a posição do Grupo do Partido Social Democrata e que subscrevia o que foi dito. Reforçou novamente o que disse na reunião anterior, no sentido de que o Partido Socialista está com a população do concelho de Fafe na defesa das urgências do Hospital de Fafe. Catarina Mendes tomou a palavra para afirmar que era do conhecimento de todos que, independentemente do relatório da Comissão Técnica, a decisão do encerramento das urgências seria política. Disse ainda que considerava que compete à Assembleia e à Câmara Municipal, como representantes da população, defender a manutenção do serviço de urgências. Alegou que existiam incongruências no relatório e que o mesmo estava em desconformidade com a realidade do concelho. Mencionou,

ainda que Fafe cumpria cinco dos oito critérios apontados pela comissão de peritos. Finalizou a sua intervenção dizendo que a posição do Bloco de Esquerda era no sentido da manutenção das urgências tal como estão. De seguida, interveio Fátima Caldeira, Presidente da Junta de Freguesia de Estorãos, que defendeu a manutenção das urgências no Hospital de Fafe, porém discordando de alguns pontos apresentados pelo Presidente da Junta de Fornelos. Disse que se deveria reivindicar uma melhor prestação dos serviços. Defendeu a manutenção das urgências, mas que, não sendo possível a manutenção da urgência com a designação actual, se deveria defender a existência de uma urgência básica com qualidade. Vitor Silva tomou a palavra para afirmar que o partido que representa estava satisfeito por ver o Partido Socialista a tomar uma posição que foi vinculada pelo Partido Social Democrata. Disse ainda que o partido que representa nunca andou à deriva sobre este assunto, que tomou várias diligências sobre este assunto e que o Partido Socialista é que andava a reboque de outras instituições e outras pessoas. Relativamente à intervenção de Fátima Caldeira mencionou que nenhum serviço é perfeito, mas que deveríamos pugnar para que futuramente existissem mais meios e melhor serviço. Reiterou o que tinha afirmado anteriormente, no sentido de defender a manutenção das urgências. Interveio Pedro Valente para referir que o Partido Social Democrata nada mais fez do que subscrever a tomada de posição do Conselho Consultivo do Hospital de Fafe. Vitor Silva retorquiu dizendo que a posição do partido que representa e o que tinha apresentado à Assembleia era anterior à tomada de posição do Conselho Consultivo do Hospital de Fafe. De seguida, usou a palavra Miguel Summavielle para afirmar que o primeiro a levantar esta questão foi a Coligação Democrática Unitária. Disse ainda que não entendeu as razões pela qual não foi prestada informação sobre as diligências tomadas pelo Presidente da Câmara. Mencionou, ainda que quem alterou a sua posição foi o Partido Socialista. Afirmou também que os membros da Assembleia deveriam demonstrar o seu interesse na manutenção do serviço de urgência. Finalmente confirmou a posição do partido que representa defendendo a manutenção do serviço das urgências. O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra para informar que tinha dado entrada, na reunião anterior, uma proposta subscrita por vários membros do Partido Socialista, e que se tinha esquecido de ler no

início da reunião, o que passou a fazer. Tomou a palavra Humberto Castro para dizer que não deveriam questionar questões técnicas, mas tentar saber o que pretende o Ministério da Saúde para Fafe, se encerrar ou alterar o serviço de urgências do Hospital de Fafe. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a construção de uma unidade hospitalar em Cabeceiras de Basto, sobre o que vai ser feito, em que âmbito e se isso iria prejudicar Fafe, e qual a posição do Governo relativamente à criação do Centro Hospitalar ou às urgências. De seguida, interveio Leonor Castro dizendo que na sessão anterior tinha sido aprovado um voto de confiança ao Presidente da Câmara, com o qual esperava que o Presidente/Autarquia manifestasse a posição do Município, que tivesse mais força para contrariar o que pudesse parecer uma decisão. Mencionou, também que, como membro da Assembleia Municipal, se sentia defraudada com este voto porque não sentia que tivesse resultado, dizendo que continuava sem saber se foram efectuadas reuniões, quem participou, o que foi dito, e o que levou o Presidente da Câmara a traduzir a opinião face a esta questão. Mostrou-se indignada com o suspense que se estava a fazer, nomeadamente, no que concernia às diligências que o Presidente da Assembleia disse que estariam a ser feitas. Nestes termos solicitou informações mais concretas. Seguidamente, usou da palavra Joaquim Magalhães para perguntar sobre os resultados produzidos e quantas reuniões teriam sido efectuadas desde Outubro. Mencionou que a apresentação da proposta o Partido Socialista vem justificar a realização da reunião extraordinária. Disse ainda que a tomada de posição da Assembleia Municipal deveria ser clara. O Presidente da Mesa interveio para solicitar que entre os vários partidos se deveria tentar consensualizar uma redacção unificada. De seguida tomou a palavra Pedro Valente para dizer que ambas as propostas eram idênticas e que não via qualquer inconveniente em que houvesse uma ligação dos últimos parágrafos. Defendeu também que a Assembleia deveria tomar uma posição concertada no sentido da manutenção das urgências. Vitor Silva usou a palavra para afirmar que existia um equívoco, ou seja, a proposta apresentada pelo Partido Socialista não poderia ser apresentada, uma vez que não estava inscrita na Ordem de Trabalhos. Interveio o Presidente da Mesa para dizer que a proposta tinha sido apresentada na reunião anterior e que nesta reunião, por lapso, não a tinha lido no início da reunião. De seguida,

tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e prestar esclarecimentos. Nesse sentido disse que não lhe agradava e não queria a confiança que Leonor Castro eleita pela Coligação Democrática Unitária tinha depositado no Presidente da Câmara, uma vez que não gostava de presentes envenenados. Mencionou que na sequência da proposta aprovada e das diligências realizadas, alguns dos grupos presentes, fizeram comunicados e outras acções quebrando a confiança votada, o que não o fez descurar-se do assunto. Informou que tinha sido solicitado pela Associação Nacional de Municípios a prorrogação de prazo da discussão pública e que tinha tido a anuência do Ministério da Saúde. Disse que tinha havido apenas mais um contacto para além do que já havia sido feito, na Administração Regional de Saúde. Afirmou que lhe parecia não haver consenso no que se estava a defender uma vez que uns defendiam a actual urgência, uma atitude conservadora cooperativa, e quem defendesse um serviço de urgência básica. Disse que não deveria haver equívocos no sentido de dar força ao Município e que deveria haver divisão. Comunicou que não podia responder ao que estava a acontecer em Cabeceiras de Basto ou no Hospital de Guimarães, porque isso não lhe competia. Comunicou, ainda, que aguardava a reunião com o membro do Governo responsável por esta situação e sabia que o Senhor Ministro tinha dito que a decisão seria política e haveria alterações ao relatório existente. Disse que estava confiante de que se iria manter o serviço de urgência e que fariam tudo para a manutenção do serviço de urgência. Afirmou que a sua preocupação era no sentido de haver um aumento e uma melhoria da qualidade do serviço de urgência no Hospital de Fafe. Finalizou dizendo que não haviam mais desenvolvimentos porque eles não tinham acontecido. Lembrou, no entanto que, aquando do fecho da maternidade (em período do Governo do Partido Social Democrata) não houve qualquer acção relativamente ao assunto. De seguida, usou a palavra Pedro Valente para dizer que mantinha a posição do Partido Socialista, dizendo que era possível a apresentação de propostas durante a ordem de trabalhos. Vitor Silva retorquiu dizendo que o Regimento não permitia a apresentação de propostas depois do período de antes da ordem de trabalhos, logo a proposta que deveria ser discutida era a que fazia parte da ordem de trabalhos. Questionou, ainda o Senhor Presidente da Câmara sobre a afirmação que tinha

feito relativamente à “atitude conservadora corporativa”. Mencionou que não esperava ver o Senhor Presidente da Câmara em acções de rua ou cortes de estrada, mas esperava que tivesse uma posição energética, tomando uma acérrima defesa junto do Governo, lutando pela manutenção das urgências. Lamentou que o Senhor Presidente se escondia atrás de processos passados como era o caso da maternidade e alerta para a perda de outros serviços como a EDP, Telecom e CP, num período de Governos e Câmara Socialistas. De seguida, interveio Leonor Castro, para, relativamente aos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente, dizer que o Senhor Presidente quando mencionou que não queria o voto de confiança, deveria tê-lo dito no dia em que o mesmo foi manifestado, referindo que não houve presente envenenado. Mencionou que as acções levadas a cabo pela Coligação Unitária Democrata tinham sido feitas porque sentiam que se devia fazer qualquer coisa e que se alguma vez esta questão foi partidizada foi por parte do Partido Socialista. Relativamente à permanência do público que esteve presente na sessão anterior e que o Senhor Presidente viu com maus olhos, lamentou o comentário efectuado sobre essa situação. Questionou também o Senhor Presidente da Câmara sobre a “atitude corporativa” a que se tinha referido. De seguida afirmou que a proposta apresentada pelo Partido Socialista lhe tinha sido dada a conhecer antes do início da sessão na tentativa de que todos os partidos a subscrevessem, alegando que não via a proposta com bons olhos porque os grupos a quem estavam a apresentar tinham solicitado a realização de uma sessão extraordinária a que o Partido Socialista não tinha comparecido. Mencionou que a proposta tinha cabimento nessa sessão e que a atitude do partido socialista não era consentânea. Por fim afirmou que a abertura que o Partido Socialista parecia estar a demonstrar com a apresentação desta proposta caía por terra com as palavras do Senhor Presidente da Câmara. Interveio, novamente Pedro Valente para dizer que a reunião tida com os líderes dos restantes grupos era no sentido de chegarem ao entendimento sobre a inclusão do último parágrafo numa proposta conjunta, o que foi declinado. Afirmou ainda que mantém a contra proposta fazendo o convite para que o documento não fosse de um partido, mas que fosse uma proposta conjunta de apoio inequívoco e de uma proposta de decisão. Seguidamente, tomou a palavra Miguel Summavielle afirmando que existia uma discrepância

entre a posição do Partido Socialista e do Presidente da Câmara. Mencionou ainda que se tivesse havido uma sessão extraordinária não haveria lugar ao prolongamento da sessão anterior. Finalmente fez um apelo a que nesta reunião se tomasse uma decisão. Interveio Vitor Silva para afirmar que a discussão que estavam a ter dava razão e justeza à realização de uma Assembleia Municipal extraordinária que tinha sido convocada. Lembrou que não era a oposição que estava a tentar salvar a cara, mas o Partido Socialista que nunca se pronunciou. Lembrou, ainda que o Partido Socialista tinha sido convidado para subscrever a proposta e que o mesmo nada disse. Finalmente disse que esta era uma questão de consenso, convidando o Partido Socialista a subscrever a proposta que estava na ordem de trabalhos. O Presidente da Junta da Freguesia de Aboim usou da palavra, falando em seu nome e da população que representava em defesa da manutenção das urgências do Hospital de Fafe, porém disse que não tinha participado na sessão extraordinária porque não foi convocado. Afirmou, também que não vê qualquer inconveniente para não se chegar a um consenso com a proposta e contra proposta apresentada. Seguidamente interveio Pedro Valente para fazer um apontamento e um protesto relativamente a conversas tidas entre os líderes partidários. Mencionou, ainda que não voltará a fazer mais contactos com os restantes líderes. Finalizou dizendo que o Partido Social Democrata não conduz a agenda política do Partido Socialista. De seguida usou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Fafe para corroborar as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Aboim. Mencionou que a contra proposta foi de facto entregue no período de antes da ordem de trabalhos da sessão anterior porque ele testemunhou isso. Afirmou que defende a manutenção das urgências de Fafe e que, como estão todos a representar o povo, deveriam fazer uma proposta conjunta. De seguida, interveio Joaquim Magalhães para dizer que quem partidarizou este assunto foi o Partido Socialista e que por isso não foi possível aprovar um documento a tempo da discussão pública. Mencionou que a longa discussão sobre o assunto justifica, mais do que nunca, a realização da Assembleia Municipal extraordinária. Disse também que a não convocação dos membros para a sessão extraordinária foi culpa dos serviços. Interveio Catarina Mendes para lembrar que colocou uma questão relativa à razão pela qual não foram convocados todos os membros da Assembleia

municipal, e que ainda não obteve qualquer resposta. Relativamente ao facto de ter sido tornada pública uma conversa entre líderes partidários, discorda da posição de Pedro Valente, uma vez que não se deve fazer segredo dessas iniciativas. Tomou a palavra Leonor Castro lamentando que numa sessão onde deveria ser discutida e enriquecida uma proposta, se estavam a fazer retaliações, que foram levantadas por Pedro Valente. Mencionou que o segredo de conversas entre líderes partidários é absurdo. Disse ainda que reduzir o que teria sido resultado de uma sessão extraordinária a uma agenda política demonstra um esvaziamento da questão e pôr de parte toda a pertinência que ela merece. Afirmou que se a preocupação do Partido Socialista era o reforço à posição do Hospital de S. José, a proposta em discussão continha esse reforço e que apontava para uma consonância com as decisões e apenas acrescentava a tomada de posição da Assembleia. De seguida usou a palavra Nelson Pereira para dizer que defendia a tomada de uma decisão unânime e que se deveria votar a proposta que estava agendada. Interveio, novamente Vitor Silva para responder às afirmações de Pedro Valente dizendo que ninguém queria marcar a agenda política do Partido Socialista. Disse também que o Partido Socialista pretendia alterar a agenda de trabalhos apresentando uma contra proposta. Lamentou a falta de zelo dos Serviços Municipais por não terem feito a convocação dos membros para a sessão extraordinária da Assembleia. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos. Iniciou lamentado que Vitor Silva tenha invocado falta de zelo dos Serviços uma vez que ele sabe porque é que as convocações não foram efectuadas, uma vez que foi notificado dos respectivos motivos. Disse que estava de acordo com a explanação efectuada por Vitor Silva sobre a proposta incluída na ordem de trabalhos, mas que lhe parecia não haver consenso relativamente ao tipo de urgências pretendidas. Mencionou que o Partido Socialista não estava de acordo com o tipo de urgências defendido pela Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, ou seja na manutenção das urgências tal como estão. De seguida, disse que a posição tomada foi em tempo devido e que foi aprovado e ratificado um documento remetido pelo Conselho Consultivo do Hospital de Fafe, uma vez que era um documento elaborado por alguém com conhecimentos na área. Afirmou que defende um serviço de urgência básica, serviço defendido no

referido documento. Informou que uma última diligência que quer fazer passa por uma reunião com um responsável do Ministério da Saúde e que aguardava pela sua realização. Referiu que os membros da oposição não fazem melhor defesa pelos interesses dos cidadãos do que ele e que confia que a pretensão será atendida. Disse, também que só têm a ganhar com o reforço de uma tomada de posição unânime nesta Assembleia. Mencionou que tem confiança de que as deficiências do estudo técnico apresentado ao Ministro e reconhecidas pela Administração Regional de Saúde são o melhor argumento. Afirmou que não estavam parados e não abdicavam de defender o interesse do concelho, não restando dúvidas de que pretende uma urgência no Hospital de Fafe. Mencionou, também que a criação de um centro hospitalar seria uma mais valia para a população de Fafe. Finalizou a sua intervenção dizendo que esperava que, caso se ganhe este processo, a oposição diga que estiveram à altura das circunstâncias. De seguida tomou novamente a palavra Nelson Pereira para referir que achava estranho quando o Senhor Presidente da Câmara disse que estavam todos a falar de coisas diferentes, porque pelo que percebeu ninguém queria o fecho das urgências. Disse ainda que o melhoramento do serviço das urgências só é possível se as mesmas não encerrarem. Lamentou que se esteja a discutir o tema do centro hospitalar em vez do tema da manutenção das urgências que é de facto o que estava na agenda de trabalhos. Seguidamente, interveio Vítor Silva para afirmar que não foi notificado da inoperância dos serviços, mas que teve conhecimento. Porém disse que o que vem na Lei é que os serviços devem fazer as notificações. Relativamente ao serviço das urgências reafirmou a manutenção da posição do partido que representa relativamente à manutenção das urgências no Hospital de Fafe e que, em conformidade com o relatório técnico, Fafe preenche os requisitos para ter uma urgência básica. Nestes termos demonstrou a sua preocupação relativamente ao tipo de urgência básica. Finalizou a sua intervenção afirmando que se deveriam debater para que não seja uma urgência básica com dois médicos e duas enfermeiras. Catarina Mendes tomou a palavra para afirmar que não defendia uma urgência básica porque desconhecia o tipo de urgência básica que vai funcionar. Disse, ainda que, ao contrário do que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente à manutenção do serviço de urgências tal como está, o Bloco de Esquerda

defende a manutenção das urgências e que não haja uma despromoção do que existe. Seguidamente, usou a palavra Joaquim Magalhães para defender a posição da Coligação Unitária Democrática, nomeadamente que não enviaram um documento onde dizia que deveria ficar tudo como está, mas sim um documento devidamente documentado onde foi efectuada uma análise crítica e onde se menciona, também, que como está tem dado resposta. Reiterou a posição do partido que representa, ou seja, na manutenção do serviço de urgências e o seu melhoramento. O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra para dizer que a contra proposta chegou à Mesa no período de antes da ordem de trabalhos e que o então Presidente da Mesa decidiu que a iria apresentar aquando da discussão do assunto. Percebia que este assunto tenha uma componente política forte mas que os membros da Assembleia tinham que ser racionais. Seguidamente fez algumas afirmações relativas ao assunto em discussão. Disse que a criação de uma rede de urgências era essencial, que tem sido reclamada a necessidade de uma melhoria de qualidade dos serviços prestados à população. Para que isso seja exequível era necessário utilizar o que já existe. Afirmou que para uma rede de urgências funcionar tem que haver um mínimo de condições, ou seja, tem que haver um serviço de urgência básica que filtre os casos menos graves. Disse também que deveriam ser reforçados os serviços dos cuidados primários de saúde uma vez que compete a estes atender e resolver as situações primárias que vão surgindo de forma a não inundar o serviço de urgências. A terminar a sua intervenção sobre o assunto, disse que compreendia esta discussão política, mas achava que deveria haver uma proposta de consenso. Nestes termos, propôs a seguinte proposta: terminados os considerandos da proposta se coloque o seguinte texto: “propõe-se que a Assembleia de Fafe: manifeste ao Ministério da Saúde a sua completa discordância quanto ao encerramento da urgência do Hospital Distrital de S. José, tal como consta do Relatório da Comissão Técnica e o seu total e incondicional apoio às Resoluções dos Conselhos de Administração e Consultivo do Hospital de S. José, bem como à tomada de posição do Município”, consertando desta forma as posições dos vários partidos, tomando-se uma posição unânime. Vitor Silva interveio para dizer que entendia que a proposta que subscreveu mantinha todos os considerandos e que não percebia que se o partido socialista discordava porque é que não o dizia.

Reafirmou que a proposta que deveria ser votada era a que fazia parte da ordem de trabalhos e que defendia a posição de não encerramento das urgências. Seguidamente usou a palavra Pedro Valente para dizer que o partido que representa não concordava com a forma de estar da oposição e que retirava a proposta anteriormente apresentada, apresentando uma nova proposta. Disse ainda que o único partido que tentou criar e enriquecer uma proposta foi o Partido Socialista e que todos os outros se tentaram vitimizar. Finalmente, afirmou que iria subscrever a proposta da Mesa e votaria contra a outra proposta, uma vez que a proposta da Mesa reunia a posição das duas propostas. Interveio Leonor Castro para dizer que a apresentação da nova proposta não cumpre os requisitos legais. Afirmou que a introdução de um segundo ponto com a redacção que tem se estava a entrar numa incoerência que põe em causa a coerência do documento uma vez que a posição do Município não é a mesma que a dos restantes partidos. Seguidamente, interveio o Senhor Presidente da Mesa para ler as duas propostas no sentido de clarificar o que estava a ser colocado para votação. Neste sentido, classificou as propostas como proposta A – proposta que estava na ordem de trabalhos, e proposta B – contra proposta apresentada pelos membros do Partido Socialista. Foram as duas propostas colocadas a votação sendo a **proposta A – rejeitada com dezasseis votos a favor e três abstenções** e a **proposta B aprovada com trinta votos a favor e dezasseis abstenções**. Vitor Silva tomou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto: “A posição de voto à chamada de proposta B é manifestamente ilegal, não deveria ser colocada a votação, não podendo ser considerada. A proposta que deveria ser votada deveria ser apenas a proposta que está incluída na ordem de trabalhos.”. Seguidamente, Miguel Summavielle fez, também, uma declaração de voto: “Não votaram favoravelmente porque o que esta deliberação defende é que se extinga o actual serviço de saúde e seja criado um qualquer serviço de urgência básica. Apesar de haver alguma discrepância entre aquilo que é a posição assumida pelo Conselho Consultivo do Hospital de Fafe e a Câmara, ela não foi, de todo, dirimida hoje. Por isso e porque entendemos que é mais importante produzir uma decisão para que tenha, em tempo útil, alguma acção, optámos por não votar contra, abstenendo-nos. Entendemos que não sendo possível obter tudo o que seria necessário, vai-se produzir alguma coisa.

Porém a questão mantém-se.”. De seguida fez declaração de voto Pedro Valente: “Face a todo o desenvolvimento nesta Assembleia o partido socialista foi o único interessado numa discussão séria em torno do encerramento das urgências. Todos os partidos da oposição optaram por tomar posições irredutíveis, não se percebendo de forma alguma o porquê de uma posição tão extremada. O partido socialista pretende construir um posicionamento em torno da Assembleia Municipal, o que foi conseguido face à irredutibilidade de todos os partidos.”. Por fim, fez declaração de voto Catarina Mendes: “A irredutibilidade que há é não podermos votar um documento que vai contra as posições que estamos a defender.” Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para dizer que, atendendo a hora avançada, e em conformidade com o Regimento, teria que se colocar a votação o prolongamento da reunião ou não. Nestes termos, posta a votação foi aprovada, por maioria a interrupção dos trabalhos e iniciar no dia seguinte, para a hora a que houver quorum regimental, uma vez que não foi cumprida a regra dos dois terços estipulada no Regimento.

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA
NA REUNIÃO DE TRÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E SETE

-----Aos três dias de Janeiro de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Doutor Raul Jorge Fernandes Cunha, com a presença do primeiro secretário Doutor Pompeu Miguel Noval da Rocha Martins e segundo secretário Doutor Manuel Cunha. Verificada a existência de quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e trinta minutos. Foi anunciado, pelo Senhor Presidente da Mesa, o pedido de substituição apresentado pela Presidente da Junta de Antime. Como ninguém quis intervir foi posta a votação e aprovada, por unanimidade. De seguida, foi apresentado, também, um requerimento apresentado por João Pedro Leite Castro Frazão, que solicitava a alteração do prazo requerido no requerimento apresentado na reunião de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, reduzindo-o para cinco dias. Colocada a apreciação do requerimento, tomou a palavra Catarina Mendes que alertou para o número cinco do artigo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal. De seguida, interveio Pedro Valente para dizer que não fazia qualquer sentido a apresentação do requerimento na presente reunião, uma vez que a sessão da Assembleia Municipal estava na fase final. Tomou a palavra Vitor Silva que leu o número cinco do artigo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal, alegando a que nada obstava ao pedido de redução do período e que competia à Assembleia decidir. Como mais ninguém quis intervir foi colocada a votação, sendo rejeitada com trinta votos contra e seis abstenções. Interveio Joaquim Magalhães para questionar sobre o número de membros presentes na Assembleia. O Senhor Presidente da Mesa informou que estavam presentes cinquenta e oito membros. Por fim, foi apresentado o requerimento apresentado por Orlando Carvalho Leite, onde requeria que fosse dada sem efeito a presente reunião e convocada pela Assembleia Municipal nova reunião, fundamentado no facto de na convocatória da Assembleia referir expressamente o dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis para a realização da reunião ordinária, continuando no dia dois de Janeiro de dois mil

e sete, caso não terminasse no referido dia vinte e nove, e de na sessão realizada no dia dois de Janeiro não ter sido autorizado o prolongamento dos trabalhos para conclusão da matéria agendada. Alegou, nos termos do artigo vinte e oito do Regimento da Assembleia Municipal, que competia à Assembleia a marcação de nova reunião. Posta a discussão, tomou a palavra Vitor Silva lembrando que houve uma situação formal que não foi cumprida, que era a notificação dos ausentes nas reuniões anteriores e que era obrigatório, nos termos do Regimento e que desta forma a presente reunião da Assembleia estava ferida dessa nulidade. Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo rejeitado com sete votos a favor e uma abstenção. Uma vez que mais ninguém quis intervir e que não havia mais requerimentos, foi dado o início à reunião, dando continuidade à ordem de trabalhos. **Ponto dois ponto quatro – *Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à alteração do Quadro de Pessoal*** – Tomou a palavra Miguel Summavielle lembrando que a Coligação Democrática Unitária solicitou, em tempo, que os assuntos votados na Assembleia fossem devidamente informados/esclarecidos. De seguida, interveio Catarina Mendes, que solicitou esclarecimentos relativamente: - ao que iria acontecer às dezassete pessoas que ocupavam os dezassete lugares extintos; - como foram esses lugares extintos, e se há contratos que não foram renovados, porquê, se foi por haver baixos desempenhos ou se houve reconversão de funções. Exemplificando sobre o lugar de Assistente de Acção Educativa, questionou sobre o princípio presente nesta alteração do quadro de pessoal. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar os respectivos esclarecimentos. Iniciou a sua intervenção dizendo que estava convicto que a proposta fosse suficientemente esclarecedora, questionando Miguel Summavielle se pretendia colocar alguma questão em concreto. Como não foi colocada qualquer questão, continuou a sua intervenção alegando que optaram por apresentar a alteração ao Quadro de Pessoal neste formato por questões de economia processual e de papel. Informou que o Quadro de Pessoal aprovado no ano transato tinha vários lugares vagos, alguns que se mantiveram e que não havia intenção de os ocupar. Informou que os lugares que vão ser extintos não correspondiam a desempregos ou rescisões de contratos, mas a lugares sobre os quais não havia necessidade de pôr a concurso. Lembrou que, devido à

limitação com gastos de pessoal, apenas poderiam contratar quando há reformas. Comunicou, também que os lugares criados correspondiam a reclassificações. Relativamente à questão do lugar de Assistente de Acção Educativa, isso devia-se ao fecho de algumas escolas. Finalizou a sua intervenção informando que não havia despedimentos, nem contratações novas. De seguida, interveio Miguel Summavielle, dizendo que os esclarecimentos que necessitava foram os que o Senhor Presidente da Câmara prestou. Informou, também que esses esclarecimentos eram necessários para uma decisão e que a sua inexistência condicionava o sentido de voto. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com treze abstenções. **Ponto dois ponto cinco – Apreciação e deliberação de uma proposta da câmara relativa ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças para 2007** – Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto supra referido. Iniciou a sua intervenção dizendo que se tem utilizado, desde mil novecentos e noventa e oito, a actualização da tabela de taxas no ano seguinte às eleições, nestes termos, comunicou que não houve alterações. Houve a introdução do artigo número três relativamente ao preparo de documentação que requeria algum serviço, para prevenir situações que têm vindo a acontecer, ou seja, existia a requisição de documentos e posteriormente os mesmos não eram reclamados. Informou, ainda que também foi introduzido o capítulo vigésimo nono, que se refere ao licenciamento de postos de combustíveis e armazenagem de gases e petróleos e seus derivados, por ser uma nova competência do município, bem como o capítulo trigésimo, que também decorre da Lei. Finalizou a sua intervenção, mencionando que todo o resto se mantinha. O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento que tinham dado entrada três propostas de alterações à Tabela de Taxas apresentadas pela Coligação Democrática Unitária. A primeira proposta era de alteração à redacção do capítulo VII – Estacionamento n.º 2, no sentido de dar a possibilidade ao possuidor do cartão de residente poder estacionar noutra zona condicionada, desde que não tenha lugar de estacionamento na rua de residente e ruas confinantes. Na segunda proposta relativa ao capítulo VII Estacionamento, n.º 5 – “Recolha e guarda de viaturas...” – era proposto que a Câmara garanta a presença de um guarda nocturno nos parques de

estacionamento cobertos ou fechados das vinte horas às oito horas. A terceira proposta que solicitava a anulação do número dez do preâmbulo de Observações, relativo à isenção da taxa da emissão de música religiosa. Tomou a palavra Joaquim Magalhães para questionar sobre a razão pela qual as taxas de utilização do Pavilhão Multiusos eram inferiores às do Pavilhão e, relativamente às taxas do período da noite e de dia – pretendia saber quando começava e acabava cada um dos períodos. De seguida, usou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar os respectivos esclarecimentos. Relativamente ao cartão de residente, informou que é um cartão que tem em conta a aplicação de um preço mais favorável aos residentes daquela Rua. Explicou que a proposta apresentada não era praticável, uma vez que esta situação não é fiscalizável, ou seja é difícil verificar se no momento em que a pessoa portadora do cartão pretende estacionar existia lugar na sua rua ou não. Mencionou que, atendendo à finalidade do cartão, não fazia sentido estacionar em qualquer local da cidade. Relativamente à proposta relacionada com a recolha e guarda de viaturas, comunicou que isso não implicava guarda nenhum, que guarda é no sentido de “guardar na garagem”. Explicou, também que a isenção do pagamento de taxas para a emissão de música religiosa, versada na terceira proposta, é uma isenção neutra, para qualquer religião que o solicite. Por fim, respondendo às questões levantadas por Joaquim Magalhães, disse que de momento não podia justificar as diferenças de valor das taxas do Pavilhão Multiusos e do Pavilhão Municipal e que relativamente à definição do período nocturno e diurno, estava estipulado o funcionamento em concreto no regulamento dos equipamentos. De seguida, usou a palavra Miguel Summavielle para, relativamente à proposta do portador de cartão de residente, propor a alteração “na rua ou nas ruas confinantes”. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para explicar, novamente, o problema da fiscalização, como se fiscalizaria uma situação destas. Informou que não têm havido reclamações/sugestões relativamente aos detentores destes cartões e que não tinha qualquer objecção à alteração, mas que o único problema era mesmo o da fiscalização. Foram colocadas as três propostas a votação obtendo a seguinte votação: - **primeira proposta** – rejeitada com cinco votos a favor e treze abstenções; - **segunda proposta** – rejeitada com cinco votos a favor e treze abstenções, e por fim **a terceira proposta** –

rejeitada com cinco votos a favor e treze abstenções. De seguida passou-se para a votação da Tabela de Taxas e Licenças que foi aprovada, por maioria, com dezoito abstenções. Relativamente aos: ponto dois ponto seis - ***Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à cedência do Edifício Escolar de Pedraído à Junta de Freguesia pelo valor de 500,00 euros***, ponto dois ponto sete - ***Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à cedência do Edifício Escolar EB1 de Docim à Junta de Freguesia de Quinchães, pelo valor de 500,00 euros***, ponto dois ponto oito - ***Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à cedência do Edifício Escolar de Cabeceiros à Junta de Freguesia de Estorãos, pelo valor de 500,00 euros***, ponto dois ponto nove - ***Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à cedência do Edifício Escolar de Monte à Junta de Freguesia pelo valor de 500,00 euros*** e ponto dois ponto dez - ***Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à cedência do Edifício Escolar da Feira à Junta de Freguesia de Arnozela, pelo valor de 500,00 euros***, a Mesa propôs a discussão destes pontos em conjunto e a votação ponto por ponto, atendendo a que os assuntos são idênticos. Iniciou as intervenções Miguel Summavielle para informar sobre a falta de argumentação para os casos de Monte e Arnozela, dizendo que não duvida das respectivas Juntas de Freguesia, e que apenas solicita esclarecimentos. Tomou a palavra o Presidente da Junta de Quinchães para informar que o pedido foi para a criação de uma creche nas instalações da Escola em apreço. De seguida interveio o Presidente da Junta de Monte para esclarecer que o edifício escolar solicitado será: uma sala para os escuteiros e outra para o Rancho Folclórico. Finalmente, o Secretário da Junta de Freguesia de Arnozela usou da palavra para informar que o pedido efectuado tem como objectivo rentabilizar o edifício e através da Associação Cultural e outra sala será para a Associação Cultural e Desportiva de Arnozela. Terminados os esclarecimentos efectuados pelos representantes das respectivas Juntas de Freguesia, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que o executivo deveria ter outra atitude relativamente a estas cedências, ou seja, deveria ter condicionado ou consignado o uso a dar a estes edifícios. Informou que, na generalidade, os edifícios que têm sido cedidos estão conservados e têm tido utilidade, havendo apenas um ou outro em que isso não aconteceu.

Porém alegou que agora não era o momento para condicionar o uso ou preço, uma vez que seria injusto para com aqueles que já foram cedidos. Informou, também que a Câmara não podia ceder gratuitamente, estabelecendo um preço simbólico que deveria ser mantido. Não havendo mais intervenções ou pedidos de esclarecimento, foram colocados a votação os respectivos pontos, nos termos anteriormente propostos pela Mesa: **ponto dois ponto seis** – foi aprovado, por unanimidade; **ponto dois ponto sete** – aprovado, por unanimidade; **ponto dois ponto oito** – aprovado, por unanimidade; **ponto dois ponto nove** – aprovado, por unanimidade, e finalmente o **ponto dois ponto dez** – aprovado, por unanimidade. Não havendo mais intervenções, a mesa pôs as actas da sessão anterior a votação. Leonor Castro, usou da palavra para fazer a correcção à data da reunião de dois de Outubro e não dois de Maio. Como mais ninguém quis intervir as actas foram aprovadas, por unanimidade. Terminada a ordem de trabalhos foi perguntado pelo Senhor Presidente da Mesa ao público se queria intervir. Usou da palavra o Senhor Américo Castro para dizer que achava um dever cívico as pessoas assistirem ao funcionamento e ao trabalho dos órgãos autárquicos, neste sentido achava que o público foi ofendido com as palavras proferidas pelo Presidente da Câmara solicitando esclarecimentos. Mencionou que o Senhor Presidente da Câmara usou como argumentos, nas suas intervenções, frases completamente desactualizadas e esvaziadas no seu verdadeiro significado. Assim aconteceu com as palavras que retirou abusivamente da conferência da Coligação Democrática Unitária, com aquela que diz ser a posição da CDU relativamente ao fecho das Urgências do Hospital. Disse ainda que fala da CDU porque se o Senhor Presidente tivesse falado dos eleitos pela CDU não se pronunciava, mas como é militante de um partido que faz parte da CDU sentiu-se ofendido com o que foi dito relativamente à leitura que o Senhor Presidente fez do documento da CDU. Mencionou que o referido documento era constituído por um diagnóstico do que é a situação dos actuais serviços, que tem números e dados concretos que comprovam o interesse e conhecimento desta força política pela situação e que finaliza com um conjunto de críticas. De seguida, interveio Dr. Pedro Frazão para questionar se pode prestar esclarecimentos, em vez de pedir um esclarecimento ao Presidente da Câmara pelo facto do seu nome ter sido mencionado duas vezes nas reuniões anteriores. O Senhor

Presidente da Mesa interrompeu o interveniente, dizendo que, em conformidade com o artigo 30 do Regimento, o Dr. Pedro Frazão não pode fazer qualquer esclarecimento uma vez que este período é para pedido de esclarecimentos e não para os dar. Como mais ninguém quis intervir, foram lidas as minutas das actas das reuniões realizadas e postas a votação, sendo aprovadas, por unanimidade.-----